



Judeus-caboclos da Amazônia

Jewish-Caboclos in Amazon

Maria Luiza Tucci Carneiro*

Universidade de São Paulo (USP) | São Paulo, Brasil

malutucci@gmail.com

Resumo: Este artigo tem como proposta reconstituir o perfil das comunidades descendentes dos judeus radicados na Amazônia desde as primeiras décadas do século XIX, priorizando os marroquinos que optaram por viver em Belém do Pará e Manaus. Recuando no tempo procuramos reconstituir seu cotidiano e as práticas judaicas junto as comunidades de acolhimento. Lembramos que, nas primeiras décadas do século XIX, grupos desses imigrantes judeus foram residir longe dos centros urbanos em ilhotas isoladas, ou seja, em pequenas terras cercadas por igarapés. À margem dos rios moravam em palafitas (casa sob estacas) e dormiam em redes, adaptando-se aos costumes locais. Comemoravam as festas religiosas mais tradicionais: *Pessach* (Páscoa), o *Yom Kipur* (Grande Jejum) e *Rosh Hashaná* (Ano Novo judaico). Inicialmente, ainda sem rabino e sem Torá, o chefe da casa exercia as funções de *hazam* (cantor litúrgico) recriando as tradições herdadas de seus antepassados. Uma grande aventura para aqueles que não falavam o português e nem estavam acostumados às intempéries de um país tropical. Em busca das visões desse “mundo verde” procuramos reconstituir os vestígios que atestam a presença de judeus marroquinos na Amazônia, valorizando suas casas comerciais, sinagogas, sepulturas, ritos judaicos, culinária e expressões populares.

Palavras-chave: Amazônia. Marroquinos. Judeus.

Abstract: This article proposes to reconstruct the profile of the descendant communities of Jews living in the Amazon since the first decades of the 19th century, prioritizing the Moroccans who chose to live in Belém do Pará and Manaus. Going back in time, we try to reconstitute their daily life and Jewish practices in the host communities. We recall that, in the first decades of the 19th century, groups of these Jewish immigrants went to live far from urban centers in isolated islets, that is, in small lands surrounded by streams. On the riverbanks they lived on stilts (houses under stakes) and slept in hammocks, adapting to local customs. They celebrated the most traditional religious festivals: *Pesach* (Passover), *Yom Kippur* (Great Fast) and *Rosh Hashanah* (Jewish New Year). Initially, still without a rabbi and without Torah, the head of the house exercised the functions of *hazam* (liturgical singer) recreating the traditions inherited from his ancestors. A great adventure for those who did not speak Portuguese and were not used to the bad weather of a tropical country. In search of

* Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo e Professora Livre-Docente na mesma instituição.



visions of this “green world”, we sought to reconstruct the traces that attest to the presence of Moroccan Jews in the Amazon, valuing their commercial houses, synagogues, graves, Jewish rites, cuisine and popular expressions.

Keywords: Amazon. Moroccans. Jew.

1 Amazonas como atração aos imigrantes judeus

A chegada da Corte Portuguesa ao Brasil em 1808 abriu as portas aos estrangeiros de múltiplas nacionalidades e religiões. À essa realidade somou-se a emancipação do Brasil em 1822 proclamada por D. Pedro I, a outorga de uma Constituição em 1824 e a crescente economia com atrativos para aqueles que pretendiam investir no Brasil. Importante lembrar que em 1821 era extinta a Inquisição em todo o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve. Posteriormente, durante o Segundo Império, o clima de tolerância e a proximidade de D. Pedro II com os judeus e o judaísmo, prestou-se, ainda mais, como incentivo para a entrada de marroquinos e de judeus alsacianos nas regiões Norte e Centro-Sul do Brasil. Este movimento serviu também de incentivo à abertura do Rio Amazonas e seus afluentes à navegação de vapores, até então proibida.

Em 1853, o Barão de Mauá obteve o monopólio organizando a Companhia de Navegação a Vapor do Amazonas, ou simplesmente Companhia Amazonas. Somente em 7 de dezembro de 1866 é que o Rio Amazonas foi totalmente liberado à navegação de todas as nações, incrementando-se o tráfego fluvial, do qual irão usufruir algumas levadas de imigrantes judeus marroquinos e ingleses. Subsidiadas pelo governo imperial foram instaladas algumas linhas regulares que faziam as rotas desde Liverpool e Nova Iorque até Manaus. A partir dessa data começaram também a navegar vapores ingleses das companhias Booth Line e Red Cross Line. Entre 1897 e 1903, a *La Ligure Brasiliana*, da companhia italiana *Società di Navigazione* manteve uma linha percorrida pelos paquetes Rei Umberto e Rio Amazonas, e o vapor Colombo, ligando Gnova a Manaus.¹

Além dessas facilidades, os imigrantes judeus sentiram-se também atraídos pelo Brasil visto que Constituição de 1824 não impunha restrições de ordem religiosa para o exercício dos direitos civis. Segundo o artigo 5º, “A Religião Catholica Apostólica Romana continuará a ser a religião do Império. Todas as outras religiões serão permitidas com seu culto doméstico, ou particular em casa para isso destinadas, sem forma exterior de Templo”. Além da liberdade religiosa, a nova Constituição favorecia os judeus por considerá-los cidadãos como quaisquer outros, sem nenhuma distinção que não fosse seus “méritos e virtudes”. O parágrafo 5º estipulava que deveriam ser incluídos entre os cidadãos brasileiros “os estrangeiros naturalizados, qualquer que seja a sua religião”. Os estrangeiros poderiam naturalizar-se desde que cumpridos os

¹ CORNEJO; GERODOTTI, 2006.



trâmites burocráticos como, por exemplo, comprovação de residência de, pelo menos, dois anos no Brasil.

Junto ao acervo do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro podem ser consultados os processos de naturalização, dentre os quais aqueles dos primeiros judeus a receberem o título de cidadão brasileiro. A maioria era composta por comerciantes, casados, oriundos da Europa, com pedidos de naturalização entre 1871 e 1920: Abraham Cohim, Abrahão Mathias, Abrahão Sefaty, Alfredo Grün, Altter Moysés Appelbaum, Benjamin Moysés T. Appelbaum, Chiam Katzkovitz, David Baybot, Elias Serfaty, Felipe Guelless, Isaac Bensimão, Isaac David Benchemol, Isidoro Klopper Izaac Cohn, Isaac Rotman, Isaac Vaisberg, Jacob Sthel, Joseph Maraty, Maier Melnick, Maria Trik, Marcos Rozental, Moysés Levy, Rubim Namias, Salomão Berenstein, Salomão Moysés T. Appelbaum, Salomão Schunberg, Salú Beneolier, Samuel Bauzer, Samuel Bortinik e Shalon Elazar, dentre outros.²

Assim, atravessar o Atlântico Sul e desembarcar em qualquer porto brasileiro no final do século passado e início deste, era uma verdadeira aventura para aqueles que não falavam o português e nem estavam acostumados às intempéries de um país tropical. O mato selvagem, a imensidão do território e a malária, eram algumas das muitas dificuldades enfrentadas pelos imigrantes judeus. Aqueles que se embrenharam pela Amazônia adentro, lutaram contra as águas dos igarapés; enquanto aqueles que foram para os sertões do nordeste, tiveram contra si o calor, a seca e a miséria do cerrado.

Segundo pesquisas realizadas por Samuel Benchimol e Elias Salgado, até o ano de 1850 chegaram à Amazônia cerca de 300 famílias judias. A maioria fugia da pobreza, da superlotação, epidemias de cólera e peste bubônica que assolavam a Europa, além do antissemitismo sempre crescente manifesto por intermédio de perseguições, confisco de bens, apedrejamentos, destruição de sinagogas e discriminação social. Esse reinício de vida, no entanto, não deve ter sido nada fácil, lembrando que 1856 ficou conhecido na região da Província do Grão-Pará como o “ano da peste”, a peste da cólera, tema que me ajudou a contextualizar o romance histórico *Os diabos de Ourém*, de minha autoria baseado em fatos.³

Um dos primeiros registros de judeus marroquinos, – segundo Sultana Levy Rosenblatt – diz respeito a José Benjó, que requereu sua naturalização no Pará e solicitou licença para estabelecer seu comércio na rua do Pelourinho realizado neste

² Base de Dados Nacionalidades. Fundo Processos de Naturalização. Arquivo Nacional/Rio de Janeiro.

³ CARNEIRO, 2019.



sobrado o primeiro *minian* brasileiro desde a comunidade de Recife nos tempos dos Holandeses, com quórum de dez homens exigidos para esse ritual judaico.⁴



Figura 1 – Fotografia não identificado. Judeus marroquinos radicados na Amazônia. Santarém, 1940. De pé: Reuven Rodryguez-da-Cunha e Anyta Rodryguez-da-Cunha, (avós de Álvaro Rodrigues da Cunha). Da esquerda para a direita, as crianças Ruth Rodryguez-da-Cunha, Ioshi Rodryguez-da-Cunha, Zípora Rodryguez-da-Cunha e Olga Rodryguez-da-Cunha. Santarém, Pará, Amazônia, Brasil, na passagem de *Rosh Hashaná*. Acervo Álvaro Rodrigues da Cunha/São Paulo.⁵

Sultana Rosenblatt indica que 187 pedidos de naturalização foram encaminhados por judeus durante o Império, sendo que 95% foram atendidos e apenas seis negados. No entanto, outros problemas obstruíam o exercício da cidadania plena desses judeus que, mais uma vez, tinham que enfrentar o controle da Igreja católica que exigia os registros de nascimento, casamento e óbito.⁶ Tal situação explica o fato de muitos judeus radicados no Brasil terem se casado em cerimônia religiosa católica precedida de conversão com o objetivo de alcançar certos direitos civis. A história dos judeus marroquinos que emigraram para a Amazônia no início do século XIX pode ser visualizada em duas levas distintas por suas razões e atrativos.

1ª leva: originários do Norte da África (Marrocos francês, árabe, espanhol e da cidade livre de Tânger) e que vieram impulsionados pela crise financeira que abalava o Marrocos desde o final do século XVIII.⁷ Eram de origem ibérica, sefaradí, cujas raízes remontam a expulsão dos judeus da Espanha (1492) e de Portugal (1496). No Marrocos ficaram conhecidos como *megorachim*, ou seja, “espanhóis exilados sem pátria”, vivendo em condições de uma espécie de “súditos tolerados” (*dimmi*), ainda que

⁴ HELLER, 2010, p. 223.

⁵ Acervo Álvaro Rodrigues da Cunha/São Paulo. Disponível em: <https://amazonialatitude.com/2020/03/20/a-presenca-dos-judeus-na-amazonia/>. Acesso em: 6 maio. 2021.

⁶ ROSENBLATT, 2005, p. 208.

⁷ Tetuan e Casablanca eram áreas de influência espanhola; enquanto Rabat, Fez e Marrakesh prezavam pela influência árabe.



integrados à vida econômica no Magreb. A família dos Athias, por exemplo, teve esta trajetória conforme genealogia reconstituída por Renato Athias acerca de um ancestral, Abraham Athias (ou Jorge Mendes de Castro) executado no auto-de-fé em Córdoba na Espanha em 9 de julho de 1667, juntamente com Jacob Rodriguez e Rachel Nunes Fernandez. O restante da família refugiou-se em Marrocos e, de lá, emigrou para o Brasil fixando-se na Amazônia.⁸

A maioria dos judeus marroquinos radicados na Amazônia envolveram-se com o comércio de exportação e importação, principalmente aqueles que viviam nas cidades portuárias de Tânger e Tetuan. Centenas deles vislumbraram novas oportunidades de vida nas nações recém-independentes na América. Além da possibilidade de enriquecer rapidamente, poderiam sair da condição de *dimmi* para alcançarem a cidadania plena e igual a todos. Outros fugiam das epidemias e doenças, dentre as quais a cólera, comuns naquela região; ou então para sair das áreas de conflitos como aconteceu em 1844 quando um terço da população judaica de Tânger fugiu para Cádiz e Gibraltar com receio de um ataque francês.

Muitos foram induzidos a emigrar seduzidos pelas propostas da *Alliance Israelite Universal*, entidade criada por filantropos judeus dedicados em levar a cultura francesa para as comunidades sefarditas. Mostravam caminhos a serem percorridos em busca de um futuro melhor em terras das Américas. Rio de Janeiro, Belém e Caracas estavam entre as cidades indicadas para recomençar a vida. Centenas destes judeus, ainda muito jovens, embarcaram para o Brasil nos vapores da *Mala Real Inglesa* ou da *Italiana Ligure Brasileira*, sendo essa uma companhia que mantinha uma linha de navios que faziam o trajeto Gênova, Marselha, Tânger, Lisboa, Belém e Manaus. Além destas, atuavam também na região as companhias *Booth Line*, *Red Cross Line*, *Hamburk Amerika Line* e a *Hamburg Süd Amerikanische Dampschiffharts*.⁹

A maioria dos judeus marroquinos radicou-se em Manaus e Belém do Pará, portos que, a partir da promulgação do decreto de 7 de dezembro de 1866, mantinham ligação direta com a Europa, fugindo da crise econômica e da intolerância praticada nos seus países de origem. Vinham apenas com a roupa do corpo e muitas esperanças, sendo 1850 um ano chave para vislumbrarmos a imagem da Amazônia como sendo um novo Eldorado. Uma certa ironia para aqueles que saíam de países áridos com paisagens desérticas para viver na maior bacia hidrográfica do mundo. Em meio a modernidade, integraram-se à sociedade local e, até mesmo, absorveram crenças católicas e indígenas chegando a demonstrar predisposição por serviços de curanderia e práticas espíritas.

2ª leva: a partir de 1850, os ciclos do cacau, de especiarias e da borracha (o *ouro negro* do Brasil), na região amazônica prestaram-se como atrativos para incrementar o segundo grande fluxo de imigrantes judeus originários do Norte da África. Nesse

⁸ BARATA; BUENO, 1999; ROTH, 1967, p. 12.

⁹ BLAY, 2009; LIBERMAN, 1990.



mesmo ano, D. Pedro II criava a Província do Amazonas, separada definitivamente do Pará, com capital em Manaus, antiga Barra do Rio Negro. Diante do surto acelerado da borracha (1879-1912), estrangeiros de várias nacionalidades e religiões, optaram por investir na atividade extrativista do látex que, de imediato, revelou-se muito lucrativa. Muitos foram atraídos por uma campanha publicitária do governo da então Província do Grão Pará. Por toda região, por entre os rios Juruá, Purus e Juari, foram instaladas as estações para extração da seiva extraída das seringueiras que serve como matéria-prima para a fabricação da borracha.

Uma outra leva de judeus da Alsácia-Lorena, Alemanha e Inglaterra se estabeleceu em Manaus e Belém onde se dedicaram ao comércio de importação de mercadorias francesas (relógios, utensílios domésticos, instrumentos dentários, além de ladrilhos e vidros). Manaus, nos tempos áureos da borracha, transformou-se na capital do luxo, ainda que efêmero, ostentando uma arquitetura inspirada nos casarões portugueses e nos palacetes franceses. A suntuosidade dos edifícios públicos marcava os espaços do poder decorados com azulejos e mármore importados da Europa. Até mesmo o enxoval das noivas vinha de Paris enquanto as pensões noturnas acolhiam mulheres francesas refinadas na arte de fazer amor. No Teatro Amazonas, inaugurado em 31 de dezembro de 1896, companhias líricas de operetas italianas ofereciam temporadas exclusivas para uma plateia seleta enriquecida às custas do suor do seringueiro. A primeira apresentação foi realizada pela Lírica Italiana conduzida pelo maestro brasileiro Joaquim de Carvalho Franco.¹⁰

Diante da crise da borracha, alguns desses judeus franceses, resolveram retornar às suas comunidades de origem: Paris ou pequenas vilas no interior da França. Um deles era proprietário da firma *Marius & Levy*, seringalista, exportador de borracha e de obras de arte, sendo o intermediário na compra dos mosaicos para a construção do Teatro Amazonas. Construiu o edifício mais alto de Manaus, de quatro andares, com estrutura de aço inglês e azulejos importados da França. Abalado pela crise, alugou o prédio para a firma B. Levy & Cia que, em 1914, vendeu-o para os *Correios e Telégrafos*,

¹⁰ Ilustrativo dessa época de apogeu é o famoso filme *Fritz Carraldo*, 1982, de Werner Herzog, com Klaus Kinsky no papel de Brian Sweeney Fitzgerald, fã do tenor italiano Enrico Caruso. Sobre Manaus, ver: DIAS, 1999; FIGUEIREDO, 2001.



situado na rua Marechal Deodoro (antiga Rua do Imperador) com a rua Teodureto Souto e avenida Eduardo Ribeiro.



Figura 2 – Fotografia não identificada. Edifício construído em 1905 para abrigar a firma Marius & Levy, atualmente sede do Correio e Telégrafos de Manaus.¹¹



Figura 3 – Fachada do armazém B. Levy & Cia que ficava na então Av. Eduardo Ribeiro com a Marechal Deodoro, no centro da cidade de Manaus.¹²

O mesmo fenômeno ocorreu na cidade de Belém do Pará transformada em um centro financeiro de consumo, luxo e lazer. Embelezada segundo o gosto da rica elite do látex,

¹¹ Cartão postal sem data, assinado por "A Favorita". Acervo de Boris Kossoy, São Paulo.

¹² *Indicador Ilustrado do Estado do Amazonas de 1910*. Courrier e Billiter (ed.). Disponível em: <https://idd.org.br/iconografia/armazem-b-levy-cia/#primary>. Acesso em: 5 set. 2021.



a cidade ganhou iluminação a gás, rede de esgotos, bosques, quiosques, praças e bondes puxados por mulas. Lojas sofisticadas, como a *Paris n' America*, vendiam tecidos que seguiam a última moda de Paris e Londres, vinho *Piper Mint de Rivel* (premiado na exposição de Paris de 1890), champanhe, vinagre e manteiga. Assim como em Manaus, ir ao teatro para assistir as importantes companhias de ópera e musicais tornou-se sinal de elegância e distinção.

2 Judeus e judaísmo na hiléia brasileira

A maioria dos judeus marroquinos – que no final do século XIX, optaram por viver em Belém do Pará e Manaus – eram oriundos da ilha dos Açores, Gibraltar, Tânger e Tetuan, no Marrocos. Por suas origens, identificavam-se com o passado da Península Ibérica, razão pela qual falavam espanhol, português e o *hakitia*, mistura destas com o árabe-marroquino. Recém-chegados, alojavam-se em pequenas hospedarias e, no dia a dia, conheciam os costumes regionais coexistindo com o cotidiano do beira-rio. Profissionalmente, ligavam-se às casas aviadoras de propriedade de ingleses, alemães, portugueses e franceses, que dominavam o setor comercial daquela região. Ali trabalhavam com a venda e compra de mercadorias tendo as gaiolas ou os regatões (barco a vapor) como meio de transporte diário. Prestavam-se como intermediários entre as casas viadoras e os seringalistas vendendo a crédito e comprando borracha às margens dos igarapés.

De identidade sefardita, esse grupo integrou a primeira leva de judeus marroquinos radicados na Amazônia. Os mais jovens e sem condições econômicas embrenhavam-se pelos seringais indo trabalhar como balconistas ou vendedores ambulantes. Depois, com as primeiras economias, passavam a atuar por conta própria, como aconteceu com a Isaac Benchimol que, em 1909, trabalhava como balconista em um barracão no Acre, no rio Antimary. Benchimol ingressou no ramo do regatão comprando e vendendo mercadorias e gêneros para os seringais do rio Tapajós e Baixo Amazonas. Moisés Benguigui, que chegou a Belém em 1909, instalou-se na região de Coari, no rio Solimões, onde abriu uma bodega, pequeno armazém de secos e molhados. Ali vendia cachaça, fumo e farinha e comprava senambi (borracha), castanha, guaraná, penas de aves e óleo de copaíba. Dez anos depois, com a crise da borracha, mudou-se para Oriximá (próximo a Óbidos) onde passou a trabalhar com gado charqueado.¹³

¹³ VELTMAN, 1984, p. 21-24; BENCHIMOL, 1994, p. 62, 64.



Figura 4 – Fotografia de Sérgio Zalis. Moisés Benguigui, judeu marroquino, um dos patriarcas da Amazônia. Belém, 1983.¹⁴

¹⁴ Benguigui chegou em Belém em 9 de junho de 1909, vindo de Manaus, indo depois para Marapani às margens do rio Solimões onde abriu uma bodega. Em 1919, ele se mudou para Oriximiná e, em 1931, casou-se em Alenquer com Esther Alves [Al Baz, da origem], cujos pais vinham de Rabat e Lisboa. Por ocasião dessa fotografia, o centenário Moisés, acompanhava os serviços na sinagoga *Shaar Hashamayim*. Acervo pessoal de Sérgio Zalis, São Paulo.



Figura 5 – Armazém Moysés Ezagui & Irmão, Importadores e Exportadores. Itacoatiara, Amazonas.¹⁵



Figura 6 – Vista interior do depósito da importadora Moysés Ezagui & Irmão, Itacoatiara, Amazonas.¹⁶

Pequenos grupos de comerciantes judeus concentraram-se em Abaetuba, Alenquer, Almerim,, Aveiros, Boim, Cametá, Coari, Gurupá, Humaitá, Itacoatiara, Macapá,

¹⁵ *Indicador Ilustrado do Estado do Amazonas de 1910*. Courier e Billiter (ed.). Disponível em: <https://idd.org.br/iconografia/novo-armazem-da-importadora-moyses-ezagui-irmao/>. Acesso em: 5 set. 2021.

¹⁶ *Indicador Ilustrado do Estado do Amazonas de 1910*. Courier e Billiter (ed.). Disponível em: <https://idd.org.br/iconografia/deposito-da-importadora-moyses-ezagui-irmao/>. Acesso em: 5 set. 2021.



Maués, Melaço, Óbidos, Oriximiná, Porto Velho, Guajará-Mirim, Parintins, Santarém, Sena Madureira e Tefé.¹⁷ Tanto Belém como Cametá atraíam os judeus marroquinos por sua importância regional, sendo 25 mil habitantes na primeira e 8.500 habitantes na segunda. Atuava como comerciante em Cametá, o pai [nome não identificado] de D. Carlota Sabbá e Miriam (ou Maria) Sabbá, reconhecidas por suas obras assistenciais. Infelizmente a sinagoga de Cametá foi invadida pelas águas do Rio Tocantins e não foi reconstruída. Segundo estudos realizado por Reginaldo Heller, em Belém residiam as famílias de Fortunato Vendelak (Bendelak), Salomão Levy, Fortunato Cardoso, Judah Arrobas, Marcos Dias Cohen, Fortunato Bocaxis (Abecassis), além de Simão Benjó e José Benjó, considerado o primeiro judeu a naturalizar-se brasileiro em 1823. José era comerciante de “fazendas secas, por grosso e miúdo e fazendas molhadas, por atacado”, com loja na rua do Pelourinho (hoje Sete de Setembro). Em 1938 várias licenças para o comércio foram concedidas pelo Marechal Francisco D’Andrea, e publicadas no jornal *Kol Israel*, de 8 de dezembro de 1919, editado em Belém.¹⁸

Um personagem histórico da presença dos judeus em Belém do Pará é Moshe Cohen, cuja trajetória expressa a saga destes imigrantes que vislumbravam, nesta floresta tropical, uma possível *Eretz Amazônia*. Por intermédio do testemunho de Álvaro Fernando Rodrigues da Cunha, seu descendente direto, conseguimos reconstituir algumas nuances da família Cohen, uma pioneira entre os marroquinos. Transcrevo aqui um pequeno trecho desta entrevista que, além da história, traz também a voz e a interpretação de um dos seus descendentes. Conta Álvaro Cunha que, Moshe Cohen, desembarcou no dia 19 de março de 1884, no porto de Belém do Pará, após ter passado pelo Rio de Janeiro, aconselhado pela *Aliança Israelita Universal*, em Tânger, no Marrocos. Com apenas com 24 anos, Moshe Cohen acreditava na *Eretz Amazônia*, predicativo que virou sinônimo de ‘Eldorado perdido’, um espaço idealizado por esses imigrantes judeus vindos duma situação difícil na África Setentrional, marcada pela guerra e fome.¹⁹

A viagem de Moshe para o Brasil durou cerca de um mês e meio de navio, talvez um pouco mais. Segundo versão relatada por Álvaro Cunha, o jovem Moshe costuma dizer que “o balanço do mar me deixou com a mente fraca, não me lembro de muita coisa [em hebraico ela falou *ki Eliahu nabi pase su mano di refuah sur mi*, ou seja, “que o profeta Elias passe sua mão curadora sobre mim”]. [...] “Era muita doença de todos os

¹⁷ Por intermédio dos anúncios comerciais podemos chegar aos nomes de algumas destas famílias pioneiras: Acris, Benzaquem, Assaya, Aben-Athar, Abecassis, Alcaim, Aguiar, Alves, Benayon, Bentes, Benguigui, Benzecry, Cohen, Dahan, Eccucy, Gabay, Hazan, Israel, Lancry, Larat, Laredo, Levy, Melul, Nahon, Obadia, Pazuelo, Perez, Pinto, Querub, Rofé, Sabbá, Salgado, Serfaty, Serruya, Sicsu, Tobelem e Zagury. (BENCHIMOL, 1994, p. 62, 64).

¹⁸ Jornal *Kol Israel*. Belém do Pará, 8 de dezembro de 1919, citado por BENCHIMOL, 1998, p. 44.

¹⁹ Entrevista concedida por Álvaro Fernando Rodrigues da Cunha à autora. São Paulo, 10 de março de 2013.



tipos que atacou o Marrocos”, dizia ele. “Muita falta do que fazer naquele lugar. Miséria total [*kapara mis avones* ou seja, perdão pelos meus pecados]”. Para Moshe, a história de que os judeus sofreram perseguições [*trades*] no Marrocos era “conversa para boi se deitar [*la audeki*]”:

[...] os marroquinos jamais importunaram um de nós, todos éramos camaradas [*guenos*] de todos, mas infelizmente [*nigro mazal*] as circunstâncias nos obrigaram a deixar o país. Muito mito foi criado em volta dos marroquinos, pois sempre fomos um grupo difícil de se entender, pois quando estamos juntos, brigamos; porém quando estamos longe uns dos outros, sentimos saudades [*pan seko kon paz i no pojo kon riña*, ou seja, pão seco com paz e não frango com briga].²⁰

Sobre a sua chegada na Amazônia, Moshe contava, segundo Álvaro Cunha, que estava sozinho, com a documentação toda em francês e que o mandaram entrar no navio e se acomodar: “depois dariam um jeito”. Expressando-se em hakitia, Moshe teria dito “Pelo menos foi assim” [*semite baraje*, ou seja, graças a D’eus]. O jovem imigrante contou com o acolhimento de um camarada não judeu [*jentio/goi*] que demonstrou ter uma certa apreciação por ele. Foi direto, segundo suas lembranças, para a casa de Isaac Athias, conhecido da família desde Tânger [*jentio/goi*] que o esperou no porto. A primeira coisa que Athias lhe falou é que precisava comer e descansar. Escrevendo na primeira pessoa, Álvaro da voz à Moshe:

Ao nascer do sol ele [Issac Athias] foi até a minha rede e bateu com força dizendo que era para eu levantar e tomar café, que tínhamos um longo dia pela frente. Formosa o Mercado municipal de Santarém e pegamos uma carga de farinha que estava chegando do outro lado do rio. Eu não sabia falar português correto e tudo era muito difícil para mi. Os primeiros meses foram bem transtornados, mas eu tinha em mente ajudar meus irmãos e minha família que torcia por mim no Marrocos [*Marrakex*]. Acompanhei a vida do velho Athias um bocado de tempo. Ele foi um velho duro, mas que me ensinou muita astúcia naquele verde e vago mundo. Rezávamos [*meldabamos*] todos os dias...Ele lia a *paraxa xavua* [porção seminal] à sua maneira que, às vezes, nem eu entendia. Ele dizia que no inferno verde tudo era

²⁰ Entrevista concedida por Álvaro Fernando Rodrigues da Cunha à autora. São Paulo, 10 de março de 2013.



diferente e que sentir nuestro *El Dio* é um lazer e não uma obrigação imposta por um grupo de demagogos.²¹

Essa visão de “mundo verde”, possivelmente, interferiu no rito marroquino que ali recebeu um estilo diferente, por estar distante daqueles que impunham normas ou preceitos, como dizia Moshe:

[...] na Amazônia, a gente faz o que quer sem o “pitaço” dos vigilantes de D’eus”. Conhecemos as *misvot*, mas não somos guiados por elas, porém, paradoxalmente, elas nos norteiam. Não havia lugar para observarmos o *xabate*, mas o velho Athias dava um jeito de nos conduzir ao quintal de sua casa em meio aos passarinhos, flores de jasmim e aquele cheiro de terra úmida, para *meldarmos en la Tora*”. Nosso *kiduxe* era realizado com peixes permitidos e pescados no rio Amazonas, servidos com um pouco de mel e aquele pedaço de pão feito pela dona Sara. [...] Cada qual lutava por sua sobrevivência e o tempo era escasso. Difícil para algumas famílias descer o rio para as festas das *esnogas* em Belém. Sei que me afastei do judaísmo, mas quem aqui não se afastou?²²

Moshe Cohen trabalhou como vendedor de farinha, roupas e miudezas, adentrando pelos rincões da Amazônia, sendo muitas vezes confundido com o “turco”. A língua era a grande dificuldade criando situações constrangedoras no trato com os caboclos que confundiam, o som de um xingamento [*manzia*, que quer dizer “filho da p...], com remédio para *azia*. No dia a dia, os judeus marroquinos usavam a *hakítia* para conversarem sendo, como é de se imaginar, mal compreendidos pelos índios que trabalhavam como empregados em suas residências. O patrimônio foi sendo adquirido aos poucos: um pequeno barco para agilizar os negócios, uma casinha para instalar a Miriam (chamada “Marroquita” pelos caboclos) que veio do Marrocos para se casar com Moshe, garantindo assim o crescimento da família Cohen. Dentre tantas outras providências, aqueles que tinham mais posses, cuidaram de educar os filhos em São Paulo e Rio de Janeiro, assim como de aporuguesar os nomes, facilitando assim a adaptação em terras brasileiras. Boas lembranças ficaram os tempos áureos da

²¹ Entrevista concedida por Álvaro Fernando Rodrigues da Cunha à autora. São Paulo, 10 mar. 2013.

²² Entrevista concedida por Álvaro Fernando Rodrigues da Cunha à autora. São Paulo, 10 mar. 2013.



borracha na Amazônia, tempos em que saiam do *xabate* na sinagoga para tomar tacacá, comer pato no tucupi e, até mesmo, maniçoba *kaxer*!²³

Na segunda metade da década de 1840, José Mandredo Levy, radicado em Afuá, e Jacob Gabay, em Santa Cruz de Biuisuí, foram identificados como senhores de engenho e fazendeiros.²⁴ Nesta mesma época, Daniel Sarraf e Salomão Saragam dedicavam-se ao comércio em Teresina, no Piauí, enquanto que “José Luiz” Levy tocava um engenho, criava gados e possuía escravos na ilha de Marajó. A história desta família é representativa do processo de assimilação cultural e recriação do judaísmo em terras da Amazônia. “José Luiz” foi o nome abasileirado que o judeu marroquino, bisavô de Sultana Levy Rosenblatt, adotou para facilitar o contato com os demais fazendeiros da região. Moreno, esguio, refinado nos gestos, era respeitado por seus escravos e pela população local. A bisavó atendia pelo nome Graça, correspondente a sua beleza e delicadeza femininas. O casal veio de Tânger para o Brasil na segunda metade do século XIX acompanhado de seus três filhos: Samuel, José e Belízia. Samuel, o mais velho ingressou no Exército brasileiro, na Guarda Nacional; e Belízia, ao contrário da maioria dos judeus marroquinos que falavam espanhol e o dialeto haketia, só falava português, negava ter nascido em Tânger e se apresentava como brasileira. Atendia pelos apelidos de “Vida”, “Mãe Vida” ou “Mana Vida”, dependendo do grau de parentesco. Por sua cútis cor de canela, lembra-se sua neta Sultana, “poderia muito bem passar por uma paraense nativa”.

Para os padrões da época, “José Luiz” era um homem rico, senhor de próspera fazenda, elegante e realizado. Vítima de beribéri e sem contar com atendimentos médicos locais, foi levado para Londres, destino interrompido durante a viagem. Morreu e seu corpo foi atirado ao mar.²⁵ A jovem Graça – viúva e despreparada para os negócios – não sabia como lidar com a fortuna deixada pelo marido. Rapidamente os “jotabs”, corretores de casamento, arrumaram-lhe um segundo marido – Nahmias – que acabou com a fortuna da família. Graça não teve sorte, escreve Sultana:

Nahmias veio a ser o destruidor dos negócios e da família... Para começar, os escravos, não se sujeitando às suas crueldades, fugiram. Os dois enteados, Samuel e José, cedo deixaram a casa, casaram-se premidos por circunstâncias especiais, e ficaram afastados de parentes e correligionários. Ambos morreram muito jovens. A única coisa que minha bisavó Graça sabia fazer na sua desgraça era chorar. Chorou, chorou, até não ter mais lágrimas. E cegou. Sempre a imaginei como uma dessas antigas bonecas francesas, rosto alvo de porcelana, olhos verdes brilhando, parados... A pequena Belízia não herdara a beleza materna, mas era inteligente, viva, decidida. Seu padrasto era ríspido

²³ Entrevista concedida por Álvaro Fernando Rodrigues da Cunha à autora. São Paulo, 10 mar. 2013.

²⁴ HELLER, 2010, p. 225.

²⁵ ROSENBLATT, 2008.



e continuava a desbaratar em viagens e jogatinas a fortuna da família. A fim de escapar do seu domínio e poder legalmente tomar posse da herança que lhe cabia – tinha apenas 13 anos – ela jurou casar-se com o primeiro homem que lhe pedisse a mão, fosse ele embora um "Zé ninguém". Mas teve sorte.²⁶

Segundo registros de Sultana Rosenblatt, Belízia vivia em Muaná, no Marajó e casou-se em segunda núpcias com David Benoliel, integrante de um grupo de jovens recém-chegados de Tânger, dentre os quais estavam Maximiliano Bensimon e um primo Abraham Larrat. David pertencia a uma geração de grandes rabinos, sendo sobrinho do rabino Shemtob. Romântico, falava vários idiomas, era versado em judaísmo e sabia cantar. Veio reuniu-se com Paloma, sua irmã mais velha radicada em Tocantins, casada com Maximiliano Bensimon. O encontro entre Belízia e David foi acertado, como de praxe, pelos jotabs. Viveram isolados dos demais vizinhos radicados ao longo do Amazonas, mas nem por isso deixaram de praticar o judaísmo:

Antes do pôr-do-sol, às sextas-feiras, tudo parava. Não se podia tocar música (em geral, tocavam pequenos instrumentos como violino, flauta, bandolim), não se podia remar nem nadar, enquanto durasse o sábado sagrado. Casamentos e cerimônias fúnebres eram realizados severamente de acordo com as tradições e rituais, alguns místicos. Quando os livros de leitura religiosa escasseavam, eles os copiavam manuscritos, de modo que nada fosse esquecido ou omitido. Durante os dias sagrados, reuniam-se na cidade mais próxima, numa sinagoga improvisada. Nessa ocasião aproveitavam a oportunidade para circuncidar os meninos nascidos nesse ano. Nem todos, porém, tinham possibilidades para tomar parte nessas reuniões. Desse modo, o menino seria circuncidado com qualquer idade, dependendo do momento oportuno que se apresentasse.²⁷

Em Maraia e Prainha encontravam-se as casas comerciais de Samuel Amouth, de Isaac Laredo e Isaac Melul, isoladas à beira-rio na embocadura do Rio Furtado. Em Embauba, estava Samuel Hamú, pai do rabino Abraham Hamú, que era proprietário também de uma casa de comércio. Em 17 de novembro de 1910, Samuel Hamú foi nomeado para o posto de capitão da 1ª Companhia do 8º Batalhão da Reserva da Guarda Nacional, no Estado do Pará, por meio de uma Carta Patente assinada por Epitácio Pessoa, o segundo da Presidência da República do Brasil. Outra comunidade formou-se, por volta de 1850, em Itaituba e Santarém, à beira do rio Tapajós, com a chegada de outros judeus pioneiros vindos de Tetuan, Ceuta, Casablanca, Fez, Rabat e Marrakesh.²⁸

²⁶ ROSENBLATT, 2008.

²⁷ ROSENBLATT, 2008.

²⁸ BLAY, 2009, p. 204.



Recentes estudos etno-arqueológicos realizados por pesquisadores do Museu Paraense Emílio Goeldi no município de Gurupá, arquipélago do Marajó, revelaram que ali encontra-se a maior necrópole judaica do ciclo da Borracha no Pará. Importante lembrar que a mais antiga necrópole da Amazônia se encontra em Belém, onde também, está a mais antiga sinagoga em funcionamento no Brasil. O primeiro levantamento ocorreu entre 3 e 10 de julho de 2017, como parte do projeto *Origens, Cultura e Ambiente* (OCA), coordenado pela arqueóloga Helena Pinto Lima, do Museu Goeldi. Segundo as pesquisas de Benchimol e Salgado, muitos dos judeus estabelecidos em Belém como proprietários de casas comerciais, partiram da região de Gurupá, que na década de 1840 funcionava como espécie de posto avançado. Após um certo tempo, avançado o período de adaptação, estes imigrantes mandavam buscar suas famílias ou noivas na Espanha ou no Marrocos. Dentre estas famílias estavam os Aben-Athar, Alcaim, Azulay, Dabilla, Levy, Serfaty.

Há registros de que, em 1876, Abraham Baruel, de Tabatinga (Amazonas) foi nomeado pelo Imperador D. Pedro II como Cavaleiro da Ordem da Rosa. E, no início do século XX, Isaac Benchimol – profundo conhecedor da história região amazônica – recebeu o título de Capitão da Guarda Nacional após ter servido de guia ao sertanista Capitão Rondon.²⁹ Nessa região ocorreram os primeiros tumultos de caráter antissemita no Brasil quando, em 1901, pequenos grupos de judeus sediados na região do rio Tocantins, foram atacados por grupos locais acusados de “prejudicar os interesses - comerciais”. Agitadores contrários à presença judaica em Cametá, Bragança e arredores, saquearam estabelecimentos comerciais e ameaçaram a integridade física de seus proprietários israelitas.

Segundo Samuel Benchimol, as firmas aviadoras mais importantes, na década de 1890, foram *Marius & Levy* e *Levy & Cia* (de origem judaico-marroquina), ambas com sede no suntuoso prédio na Rua Marechal Deodoro – marco simbólico da cidade – que, após 1914, foi vendido para os Correios e Telégrafos. Como agentes da famosa casa francesa *Koch Frères & Cie*, *Marius & Levy* intermediaram a compra de materiais e obras de arte francesas, muitas das quais garantiram o estilo e luxo do Teatro Amazonas. Por intermédio deles, vieram todo o material de ferro, escadas, rosácea, gradis, varandins, bancos, rosetas da sala de espetáculos, estatuetas, colunas de ferro da plateia, vigamento de aço, “charpente”, aço da “avant-cène”, grupo de Apolo e liras. A armação da cúpula foi adquirida na França pela importância de trinta mil francos sendo constituída de telhas vidradas da Alsácia, imbricadas, cuja montagem foi concluída em 30 de novembro de 1895 por técnicos franceses. Cerca de 486 metros quadrados de mosaicos fabricados na França, de que nada mais resta, foram também importados por negociação da *Casa Koch Frères*.

Outros grandes exportadores, aviadores e comerciantes se estabeleceram em Manaus e Itacoatiara na década de 1990, como *Theodore Levy*, *Camile & Cia*, *Emmanuel Levy &*

²⁹ BENCHIMOL, 1994.



Cia, Gunsburger & Cia, Kahn & Pollach, Rosas & Cahan, Serfaty & Bezerra, Ezagui & Cia; e em Belém estava Isaac Roffe & Cia.³⁰ Dentre os judeus pioneiros cabe ainda citar os Sefaty, proprietários da *Fábrica de Cigarros Pará-Amazonas*, marca *Therezita*; e os Benchimol com os *Grandes Armazens Globo*.³¹



Figura 7 – Anúncio publicitário de La Ville de Paris, Levy Freres. *Jornal do Commercio*. Manaus, 19 de outubro de 1909.³²

Uma das famílias sefarditas mais antigas a emigrar para Belém do Pará foi a Levy, cujos antecedentes, pelo lado materno, incluem o Rabi Dabela e o Rabi Eliezer Dabelá (o Grande). Esta família é um dos exemplos que melhor expressam a trajetória dos judeus marroquinos radicados em Belém no século passado. Antes de chegarem ao Brasil em 1870, viveram em Casablanca e Rabay. No Brasil, Moysés Isaac Levy atuou como comerciante em Guruá e, em 1900, seu filho Eliezer Levy casou-se com Esther Levy Benoliel, também de família ilustre de Marrocos. Eliezer era proprietário da firma *E. Levy & Cia- Comissões e Consignações* e que, em 1910, associou-se à firma italiana de navegação *C. B. Merlin*. Ingressou na Guarda Nacional aonde chegou até o posto de coronel, além de atuar como advogado e ativista sionista local. Ocupou, por duas vezes, o cargo de prefeito em Macapá e uma em Afuá, no Pará. Fundou em 1918, um periódico sionista e envolveu-se com a comunidade dos imigrantes recém-chegados auxiliando-os a legalizar sua situação no Brasil.³³

³⁰ “Contra os israelitas”, em: *Jornal do Brasil*, 26 abr. 1901; *Província do Pará*, 5 maio e 13 maio de 1901. Esses fatos foram também noticiados pela imprensa internacional judaica como o jornal alemão *Allgemeine Zeitung des Judenthums*, o francês *L’Univers Israélite*, o inglês *Jewish Chronicle* e o *American Israelite*. (WOLFF, 1986, p. 137).

³¹ BENCHIMOL, 1994, p. 10.

³² *Jornal do Commercio*, Manaus. 19 out. 1909. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/170054/per170054_1909_01995.pdf. Acesso em: 5 set. 2021.

³³ FALBEL, 1984, p. 17-19.



Figura 8 – Fotografia: Sérgio Zalis. *Barco Levy III*, 1983.³⁴

Enfim, para compreender o perfil das comunidades descendentes dos judeus marroquinos radicados na Amazônia devemos, antes de mais nada, recuar no tempo procurando reconstituir seu cotidiano e as práticas judaicas junto as comunidades de acolhimento. Lembramos aqui que, nas primeiras décadas do século XIX, alguns grupos desses imigrantes judeus foram residir longe dos centros urbanos em ilhotas isoladas, ou seja, em pequenas terras cercadas por igarapés. À margem dos rios, moravam em palafitas (casa sob estacas) e dormiam em redes, adaptando-se aos costumes locais. Como todo amazonense, mediam o tempo pelas horas de barco e marcavam os dias segundo o calendário judaico. Para conseguir estudar, as crianças tinham que “ir remando” durante várias horas até chegar à escola. Os Athias, por exemplo, costumavam convidar para o seu barracão, conhecido como *Livramento do Itaquara*, várias famílias judias de outros municípios (Apuã, Anajás, por exemplo) com o propósito de comemorarem as festas religiosas mais tradicionais: *Pessach* (Páscoa), o *Yom Kipur* (Grande Jejum) e *Rosh Hashaná* (Ano Novo judaico). Sem rabino e sem Torá, o rolo dos livros sagrados, o chefe da casa exercia as funções de *hazam* (cantor litúrgico) recriando as tradições herdadas de seus antepassados. Servindo-se apenas de um livro de preces rezavam em hebraico segundo o ritual sefardita, elemento de distinção com os askenazitas.³⁵

3 Vestígios do judaísmo livre na Amazônia

A história e memória da comunidade judaica no Brasil deve ser analisada a partir de seus pilares-mestres, cujos vestígios persistem enquanto testemunhos da saga dos pioneiros em diferentes épocas. A comunidade judaica de Belém, ainda hoje, dispõe

³⁴ Acervo particular de Sérgio Zalis, São Paulo.

³⁵ BLAY, 2009, p. 59.



de duas sinagogas: a *Shaar Hashamain* (1826) – considerada como a mais antiga do Brasil independente, antecedida apenas pela de Recife construída durante o período holandês – e a *Essel (Eshel) Abraham* (1889-92). Ambas funcionavam nas residências de seus fundadores que, ao longo de décadas, enfrentaram dificuldades políticas e financeiras para a construção de um templo. Para esta primeira fase – quando as sinagogas não possuíam ainda uma “face pública” devido as restrições impostas pela Constituição Imperial de 1824, promulgada por D. Pedro I – considero mais apropriada a designação de *casas de orações*. Somente no século XX é que as comunidades religiosas encontraram condições para oficializar seus projetos arquitetônicos e ocupar um espaço representativo nas principais capitais brasileiras.



Figura 9 – Fotografia de Abraham Amzalak. Fachada da Sinagoga *Shaar Hashamain*. Belém do Pará.³⁶

³⁶ Disponível em: <https://www.anumuseum.org.il/shaar-hashamaim-synagogue-belem/>. Acesso em: 5 set. 2021.



Figura 10 – Fotografia não identificada. Sinagoga Essel Abraham, a mais antiga do Brasil criada por imigrantes marroquinos, do rito sefaradita em 1824.³⁷

Importante lembrar que durante o período colonial, os cristãos-novos costumavam reunir-se em suas residências para “fazer” ou “praticar sinagoga”, expressão registrada nos processos inquisitoriais. No entanto, essas reuniões eram secretas de forma a evitar denúncias à Inquisição ibérica que, em vários momentos, prendeu centenas de cristãos-novos, (criptojudeus) praticantes do judaísmo na clandestinidade, uma forma de resistência. Daí a importância de constatar as alterações ocorridas em diferentes etapas: das “*snogas*” com práticas clandestinas (séculos XVI ao XVIII) para as *casas de orações* (Século XIX) até, finalmente, a *construção dos templos/sinagogas* (século XX). A construção de grandes templos suntuosos reflete a necessidade dos judeus de terem seus direitos civis reconhecidos e de serem, finalmente, identificados como iguais pelos cidadãos brasileiros.

A “casa de oração” *Shaar Hashamain* era frequentada pelos judeus “ricos”, proprietários das casas aviadoras, e a *Essel (Eshel) Abraham*, situada na rua Campos Sales, ficou conhecida como “dos pobres”, “dos forasteiros”, ou seja, daqueles que viviam na zona rural, nos sítios e palafitas ao longo dos igarapés. A *Shaar Hashamain* funcionou inicialmente na residência do seu fundador Leão Israel (pioneiro da imigração marroquina para a Amazônia), localizada na rua da Indústria, hoje Gaspar Viana. Somente em 28 de janeiro de 1928 é que a diretoria presidida por Jacob Messod Benzecry, registrou o projeto de construção deste templo no Cartório de Registro Especial de Títulos e Documentos. O primeiro passo havia sido dado. Faltavam ainda

³⁷ Prédio foi construído em 1850, Belém do Pará. Disponível em: <http://wikimapia.org/11897055/pt/Sinagoga-Eshel-Abraham>. Acesso em: em 5 set. 2021.



o terreno, o projeto arquitetônico e a construção do templo.³⁸

Um terreno foi adquirido na rua Arcipreste Manoel Teodoro, n. 842, com doações de várias famílias judias, dentre as quais a família Pinto. Em 1932, Massod Benzecry trouxe da Itália o projeto arquitetônico e o arquiteto Hugo Furine, autor da proposta. O templo foi idealizado para ser uma “réplica” da sinagoga de Florença (Itália) – conhecido como o *Templo Maggiore*³⁹ – a ser construído na rua Farine, n.4, seguindo o estilo europeu- mourisco. Isaac Tobelem assumiu a administração da obra que, por falta de recursos financeiros, ficou interrompida entre 1935/1936. Nesta mesma época, Furini foi chamado de volta à Itália em pleno governo de Mussolini, deixando a execução do projeto aos cuidados do engenheiro Judah Eliezer Levy. Empréstimos pagos com notas promissórias garantiram a conclusão do edifício inaugurado em 8 de outubro de 1940, garantindo-lhe o título de “a primeira sinagoga do Norte do Brasil”. Era uma casa de orações atendendo as restrições da lei: não trazia quaisquer sinais externos de templo religioso e mantinha serviços a domicílio. Em 20 de Junho de 1918 foi fundado em Belém o *Centro Israelita do Pará*, núcleo representativo da comunidade perante o poder público e a sociedade em geral. Se mantém ativo nos dias de hoje com intensa atividade direcionada para a assistência social, cultural e espiritual da comunidade, além de uma *Hebrá Kadishá* para a atendimento aos enfermos e familiares.

Além desses marcos, outros vestígios atestam a presença de judeus marroquinos em Belém: 28 sepulturas erguidas ao lado do cemitério de Soledad, sendo a mais antiga de 1848. Há registros de que o primeiro cemitério judaico foi ali construído em 1842 e a *Sociedade Guemilut Hassidim (Exercício da Caridade de Israel)*, que já atuava naquela comunidade, teve seus estatutos aprovados oficialmente em 1890. Outros túmulos podem ser identificados em Cametá, Macapá, Óbidos, Santarém, Itaituba, Parintins, Maués, Itacoatiara, Manacapuru e Tefé.⁴⁰ Nesse período, a cidade de Cametá, no

³⁸ Sobre a história da sinagoga *Shaar Hashamain* ver artigo publicado na revista *Amazônia Judaica*, edição n. 4, jul. 7, 2010.

³⁹ A *Grande Sinagoga* de Florença foi construída entre 1874-1882 para abrigar principalmente a comunidade sefaradita, trazendo na sua construção sinais da influência mourisca, espanhola e portuguesa. Sua construção está relacionada ao processo de emancipação dos judeus na Europa a partir da revolução Francesa, em 1789. É considerada um dos mais importantes exemplos da arquitetura mourisca e foi inspirada na igreja bizantina de Hagia Sophia, em Constantinopla. O projeto é de autoria dos arquitetos Marco Treves (judeu), Mariano Falcini e Vincenzo Micheli que venceram o concurso organizado pelo Conselho Comunitário, em 1874, conquistando o direito de idealizar o templo na Via Farini, distrito de Santa Croce, próximo ao centro histórico.

⁴⁰ Segundo Reginaldo Jonas Heller, não há registros dessas duas sinagogas. O pouco que se sabe vem de tradição oral confrontada com registros posteriores. Dentre as obras que tratam desse tema, cumpre citar: SCLiar; SOUZA, 2003; BENTES, 1987; HELLER, 2005, p. 233 e 227.



interior do Pará, chegou a ter metade de sua população branca constituída de sefarditas.

Em Manaus, os judeus pioneiros desta imigração espontânea começaram a chegar em 1880 considerando-se as datas das primeiras sepulturas registradas junto ao cemitério comunitário da cidade. Naquela cidade configurou-se a formação de uma comunidade judaica mais rica – ainda que menor se comparada à de Belém – que ganhou forças após a crise da borracha. Os judeus marroquinos de origem espanhola (*megorashim*) radicados em Manaus, fundaram sua primeira sinagoga em 1925, a *Esnoga Beth Yaacov* que, em junho de 1937, transferiu-se para sede própria na Praça da Saudade. Neste mesmo ano foi fundada a *Sinagoga Rabi Meyr* que, em janeiro de 1962, uniu-se aquela já existente para formar um grande templo no “coração da floresta amazônica”. O ritual religioso adotado atualmente expressa a persistência das tradições herdadas dos judeus marroquinos somadas aos ritos trazidos por grupos de outras nacionalidades. Os livros de orações e a Torá foram unificados e traduzidos, alguns transliterados, com a finalidade facilitar a compreensão das Telifot.



Figura 11 – Fotografia não identificado. *Beth Yaacov*, a mais antiga sinagoga de Manaus, edificada na Rua da Saudade. Manaus, 1820.⁴¹

Hoje a comunidade judaica de Manaus abriga cerca de duzentas famílias cujas atividades são administradas pelo *Comité Israelita do Amazonas*, fundado em 1929, que mantém um núcleo do *Habonim Dror* com o objetivo de estreitar a identificação com o Estado de Israel e o sionismo. A identidade judaica-marroquina está em constante sincronia com a Amazônia como atesta *O Canto Judaico na Amazônia* gravado pelo Chazan Isaac Dahan. Por intermédio das suas 15 faixas podemos acompanhar os sons das cerimônias litúrgicas herdadas dos judeus hispano-marroquinos acompanhados de

⁴¹ Disponível em:

<https://m.facebook.com/318107561622534/photos/a.318113424955281/3282972181802709/?type=3&source=57>. Acesso em: 5 set. 2021.



seculares poesias religiosas (*Piytim*). O mosaico de sons se faz pela execução do *Hatikva* (Hino Nacional de Israel) cantado em hebraico e ladino, acrescentados na segunda edição. A publicação em 2009 do livro *Or Gadol* expressa a consciência que a comunidade de Manaus tem de suas peculiaridades identitárias, visíveis em suas festividades como as Hilulot de Rabi Shalom Emanuel Muyal ZI'A, Rabi Itachak Benwualid ZI'A, Rabi Shimon Bar Yochai ZI'A e Rabi Meyr Baal Hanes ZI'A, o Sefer Torá Centenário, datado de 1575 e a festa de Mimona, dentre outras expressões culturais.

4 O sincretismo de saberes e tradições

Apesar de dispersos no meio dos seringais, os judeus marroquinos e seus descendentes mantiveram, a medida do possível, o saber judaico aprendido nas suas comunidades de origem. A família continuou a ser o núcleo a partir da qual construíam sua judeidade. Seguiam as tradições dos seus antepassados que, com o passar dos anos, foram sendo alteradas, mas sem perder a essência do judaísmo. Nas sextas-feiras à tarde, após fecharem as lojas, iniciavam os preparativos para o Shabat, conforme registros da própria comunidade:

[...] vestiam-se de linho branco, engomado e gravata. A mãe, numa cadeira de espaldar, punha-se a meldar (rezar) e pitnear (cantar) o Shir Hashirim (Cântico dos Cânticos), mizmorim (canções) e, durante o Arbit (reza da noite), reuniam-se em casa de um ou outro. [...] mesmo na ausência de rabinos, os schlichim zelavam pelo rigor ritual, incluindo a lavagem do corpo e providências para o enterro. [...] Os mesmos schilichim cuidavam do ensino do hebraico para os jovens, das cerimônias de casamento e brit-milá, além do culto e das orações. E não raro, consultas aos rabinos e Chachamim que permaneceram em Marrocos.⁴²

Ao longo dos anos e a partir dos casamentos endogâmicos (judeus com católicos) processou-se um sincretismo manifesto ainda nos dias de hoje. Notícias registradas pela tradição oral demonstram que algumas famílias mais conservadoras, costumavam copiar a Torá e outros textos religiosos em cadernos comuns para manterem vivas suas tradições judaicas. Da mesma forma improvisavam durante certos rituais como por exemplo, substituir o vinho da circuncisão por cachaça ou, até mesmo, realizar a circuncisão com 10 anos de atraso. Isolados na floresta, nem sempre tinham a oportunidade de dirigir-se até a capital para atender os prazos prescritos pela religião. Outros aguardavam muitos anos para conseguir fazer o *Bar-Mitzá* de vários

⁴² "Amazônia judaica 200 anos", *Morashá*, jul. 2011. Disponível em: http://www.morasha.com.br/conteudo/artigos/artigos_view.asp?a=645&p=2. Acesso em: 14 fev. 2010.



filhos ao mesmo tempo, tendo em vista as dificuldades para saírem das cidades interioranas e chegar até Belém ou Manaus, por exemplo.

Até mesmo certas iguarias tradicionais da culinária judaica foram sendo alteradas e adaptadas às condições locais, como a *cashrut*, sem ferir a *Halachá*, a Lei Judaica. Como não podiam ter às mãos certas especiarias e temperos marroquinos, procuravam substituí-los por frutas, aromas tropicais e peixes dos rios locais. No entanto, faziam questão de ter sempre à mesa a *dafina* e o *couscous*, pratos típicos da culinária marroquina.

As rezas em hebraico e as tradições religiosas eram, e com certa raridade, transmitidas pelo professor leigo oriundo do *shtetl* europeu ou das comunidades judaicas do norte da África. Um desses mestres foi Elias Israel que, após a decadência da borracha tornou-se professor de hebraico em Belém onde mantinha uma escola preparatória para meninos que iriam pôr os *tefilim* (*filactérios*) e fazer a *Bar-Mitzá*. Preceitos básicos do judaísmo continuaram a ser praticados pelos judeus residentes em Belém do Pará nas principais etapas do ciclo de vida: *nascimento, circuncisão, Bar-Mitzvá, casamento e morte*. Segundo Samuel Benchimol, os judeus residentes em Belém cumpriam seus compromissos religiosos às sextas-feiras e aos sábados, numa sinagoga improvisada na Avenida Getúlio Vargas, onde faziam as suas orações *de Pessah, Sucot, Shabuoth, Rosh-Hashanach, Yom Kipur, Purim e Hanuka*.⁴³ Aliás, uma das famílias-símbolo dessa região é a Benchimol que, anos mais tarde, reagrupou e participou da restauração da comunidade judaica de Manaus. Isaac Benchimol, nascido em Belém em 1908, conta que seu pai atuava como seringalista:

[...] tinha um barracão, comprava as pranchas de borracha, e os seringueiros eram aviados por ele. Depois a borracha ia para o avião que exportava para a Inglaterra. Nós morávamos no interior e só havia ligação com Belém a cada 15 dias, quando passava a gaiola que era uma embarcação. De Breves a Belém levava umas 36 horas.⁴⁴

As tradições judaicas, enquanto parte do patrimônio religioso-cultural do judaísmo, eram transmitidas pelos mais velhos que ensinavam aos filhos usar o *tefelim*, proferir preces e respeitar o *Shabat*. As mulheres encarregavam-se de preparar a *dafina*, cozinhando-a lentamente de véspera em fogo lento, respeitando que aos sábados não se fazia fogo ou qualquer outro trabalho. Empreendimento isolados demonstram que essas múltiplas comunidades espalhadas pelo Brasil zelavam pelo cumprimento das *mitzvot* com o objetivo de preservar sua identidade judaica. Com a inauguração do *Externato Mixto Dr. Weizman* reforçou-se o ensino de hebraico, enquanto o *Grêmio Literário e Recreativo Theodoro Herzl* cuidava de transmitir aos jovens, valores espirituais

⁴³ BENCHIMOL, 1994, p. 70.

⁴⁴ BLAY, 2009, p. 58.



e de solidariedade. A partir de 1923, a Biblioteca Max Nordau, além de conhecimentos, difundia o orgulho de “pertencer a uma raça ativa e tenaz”.

Após a decadência da borracha, muitas dessas famílias migraram para outros estados, enquanto grandes firmas aviadoras decretaram falência sendo obrigadas a liquidar seus bens e mudar o ramo dos negócios. Alguns poucos descendentes ainda podem ser localizados em Belém e Manaus ou então à beira-rio onde continuam vivendo como caboclos-marroquinos, guardiães de um judaísmo acaboclado. Enfim, um judaísmo que foi (re)criado nos trópicos.

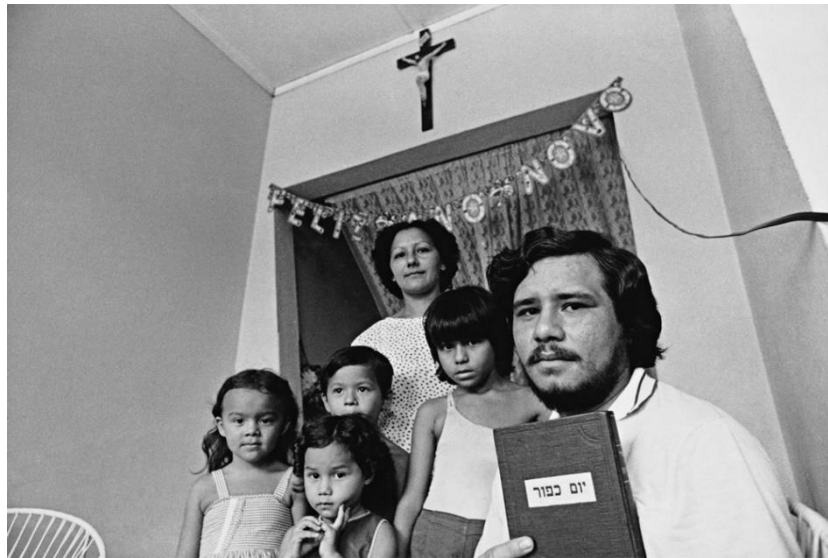


Figura 12 – Fotografia Sérgio Zalis. Família de Max Diniz Fima. O sincretismo religioso nos detalhes. Manaus, 1983.⁴⁵

Segundo Marta Topel, pesquisadora do Centro de Estudos Judaicos da Universidade de São Paulo, se compararmos a imigração dos judeus marroquinos com as posteriores que se estabeleceram no Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, sua principal característica “foi a homogeneidade, mais precisamente o fato de a grande maioria dos judeus da Amazônia serem oriundos de uma mesma região: a África do Norte”. Na sua opinião esta singularidade ainda se mantém nos dias de hoje, apesar da presença de algumas poucas famílias de origem *askenazim* provenientes da Europa Central e Oriental durante a Primeira e Segunda Guerras Mundiais.⁴⁶

O que há de tão singular no judaísmo praticado por essas comunidades na Amazônia? Para Topel – que compara as singularidades do judaísmo paraense com o judaísmo recriado hoje nas comunidades ortodoxas paulistanas – os judeus das cidades interioranas do estado do Pará perderam grande parte do repertório cultural judaico no processo de adaptação à sociedade e cultura locais”. Para compreender a dualidade judaico-cristã sustentada por essas comunidades devemos levar em consideração um

⁴⁵ Acervo particular de Sérgio Zalis, São Paulo.

⁴⁶ TOPEL, 2005, p. 188; LINS, 2004.



conjunto de situações que, certamente, dificultaram a preservação da “autêntica” identidade judaica e favoreceram a (re)criação desse novo judaísmo:

- são descendentes de um grupo de judeus que, há mais de um século, emigrou do Marrocos para Belém e cidades interioranas do interior do Pará”;
- os pioneiros acabaram se desvinculando das comunidades judaicas organizadas em todo o território nacional por viverem em regiões praticamente isoladas, por serem em pequeno número e pelo incremento de casamentos exogâmicos;
- passados mais de cem anos, os descendentes continuam a se identificar com o judaísmo (ainda que recriado) sendo definidos como judeus pela população local, apesar de não serem aceitos no seio dos grupos institucionalizados.⁴⁷

Consideramos que esse processo de (re)criação do judaísmo é uma constante nas comunidades judaicas na Diáspora. O povo de Israel radicado na Amazônia desde o século XIX não teve um comportamento diferenciado dos demais judeus dispersos pelo mundo, ainda que distantes da Terra Prometida. As sefarditas radicados na região Amazônica desde 1810 souberam conviver com o seu destino diaspórico, sem perder a sua identidade judaica, apesar das múltiplas situações de compartilhamentos. Os judeus marroquinos criaram raízes, sem deixar de ser um grupo social específico, mantendo as tradições da sua culinária com ingredientes regionais. Assim, no decorrer dos séculos XIX e XX, essas comunidades foram reconstruindo suas permissões alimentares a partir da observação diária, do apoio mútuo e das relações familiares.

Valendo-se dos direitos que todo povo tem de praticar a diversidade de professar a religião, os marroquinos radicados na Amazônia adaptaram seus cardápios sem romper com as tradições presentes na Torah. Segundo relatos orais, os pioneiros costumavam reunir-se em torno de uma determinada família que detinha os conhecimentos dos rituais, sendo as mulheres as principais guardiãs destes saberes. À mulher judia, de qualquer origem, sempre coube a manutenção e a transmissão de um estilo de vida judaico, assumindo grande parte das tarefas domésticas, assim como da educação dos filhos. Assim, tantos os livros de receitas como os álbuns de fotografias são portadores de uma memória coletiva, pois por intermédio desses registros conseguimos captar detalhes sobre os estilos de vida e os espaços públicos e privados dos judeus radicados na Amazônia.

Referências

BARATA, C. E. A; BUENO, A. H. C. *Dicionário das Famílias Brasileiras*. Tomo 1, v. 1. São Paulo: Originis, 1999.

BLAY, Eva. Gênero, resistência e identidade: imigrantes judeus no Brasil. *Tempo Social*, vol. 21, n. 2, São Paulo, 2009.

⁴⁷ TOPEL, 2005, p. 193.



- BENCHIMOL, Samuel. *Judeus no Ciclo da Borracha. Anais do I Encontro Brasileiro de Estudos Judaicos/UFRJ. Manaus: Edições Xerox. 1994. p. 62, 64.*
- BENTES, Abraham Ramiro. *Das ruínas de Jerusalém à verdejante Amazônia. Rio de Janeiro: Bloch, 1987.*
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Os Diabos de Ourém. São Paulo: Amazon, Ebook; Kindle, 2019.*
- CORNEJO, Carlos; GERODOTTI, *Navios e portos do Brasil nos cartões postais e álbuns de lembranças. São Paulo: Solaris, 2006.*
- DIAS, Edinea Mascarenhas. *A ilusão do fausto: Manaus, 1890-1920. Manaus: Editora Valer, 1999.*
- FIGUEIREDO, Aldrin Moura. Resenha. *Revista Brasileira de História, v. 21, n. 40. São Paulo: ANPHU, 2001.*
- HELLER, Reginaldo Jonas. Os judeus do Eldorado. *In: GRINBERG, Keila (org.). Os judeus no Brasil: inquisição, imigração e identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 233, 227.*
- ROSENBLATT, Sultana Levy. *Judeus, judaísmo e cidadania no Brasil imperial. In: GRINBERG, Keila (org.). Os judeus no Brasil: inquisição, imigração e identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.*
- LIBERMAN, Maria. *Judeus na Amazônia brasileira. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, FFLCH/USP, 1990.*
- LINS, Wagner. *Estrela Minguante: Memória e Ressignificação do Judaísmo no Interior do Estado do Pará. Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Língua Hebraica, Literatura e Cultura Judaicas; FFLCH-USP, 2004.*
- ROSENBLATT, Sultana Levy. Como viemos parar na Amazônia. Centro Israelita do Pará, 9 maio 2008. Disponível em: <http://www.centroisraelitadopara.com.br/artigos.php?id=40>. Acesso em: 15 fev. 2010.
- ROTH, Cecil (ed.). *Enciclopédia Judaica. Biblioteca de Cultura Judaica, v. 1. Rio de Janeiro: Editora Tradição, 1967.*
- SCLIAR, Moacyr; SOUZA, Márcio. *Entre Moisés e Macunaima: Os judeus que descobriram o Brasil. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.*
- SORJ, Bernardo. Sociabilidade brasileira e identidade judaica. As origens de uma cultura não anti-semita. Disponível em: www.bernardosorj.com/pdf/sociabilidadebrasileiraeidentidadejudaica.pdf. Acesso em: 14 fev. 2010.
- TOPEL, Marta F., *Judaísmo(s) brasileiro(s): uma incursão antropológica. Revista USP, n. 67, set./nov. 2005, p. 186-197.*



VELTMAN, Henrique. Viagem ao mundo dos hebraicos. *Revista Shalom* (221), maio, 1984, p. 21-2.

Recebido em: 12/02/2021.

Aprovado em: 23/05/2021.